

Estratégias e articulações do Partido Comunista Brasileiro/PCB com o movimento operário em Minas Gerais (1955-1970)

Camila Gonçalves Silva Figueiredo (Doutoranda em História UFJFⁱ)

O projeto ora apresentado propõe análises sobre as estratégias e articulações do Partido Comunista Brasileiro/PCB com o movimento operário. O foco desta proposta recai sobre o estado de Minas Gerais entre 1955 e 1970. Esta pesquisa está sendo desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, desde o início de 2013.

A escolha do tema se deve ao interesse pessoal e a ausência de estudos desta natureza, em especial para uma área fora do eixo Rio-São Paulo, já muito pesquisado pela historiografia. Já a seleção temporal objetiva a análise das variações estratégicas do partido conforme mudanças nas conjunturas e orientações partidárias nacionais e internacionais, inclusive pela influência da fragmentação das esquerdas no mundo. Com base na “Nova História Política”, em interface com o campo da “História do Tempo Presente”, utilizaremos conceitos como esquerda, poder e estratégia.

A viabilidade para a execução deste trabalho para âmbito estadual concretizou mediante o exame das fontes disponíveis no Departamento de Ordem Política e Social/DOPS disponível no Arquivo Público Mineiro na cidade de Belo Horizonte. E, também através da consulta ao Inventário da Coleção Informante do Regime Militar, do Arquivo Nacional, na cidade do Rio de Janeiro. Os escritos de ambos os arquivos, além de numerosos e diversificados referem-se à documentação apreendida nas distintas regiões do estado concernente a organização, comunicação e estruturação, estratégias e movimentação das esquerdas em Minas Gerais no período antecedente ao golpe de 1964 até o final da década de 1970. Ademais, os relatórios redigidos pelos agentes infiltrados nestes segmentos destacam a articulação entre os distintos segmentos de esquerda junto ao movimento operário nas várias regiões do estado.

As fontes identificadas para o desenvolvimento desta pesquisaⁱⁱ apontam importantes indícios de permanência das ações de divulgação das ideologias de

esquerda, com ênfase para o socialismo e o comunismo pelas agremiações partidárias regionais, mesmo após a instituição do bipartidarismo durante o Regime Militar. Tal evidência, ao mesmo tempo, traz à tona o interesse em compreender as táticas de interlocução e expressão deste segmento para com a sociedade.

Importante destacar que não temos o desígnio de desenvolver um trabalho sobre origem e história do PCB em Minas Gerais, nem tão pouco, sobre a origem do movimento operário no estado. Temos o propósito de investigar os elementos constituintes dos movimentos e das articulações do movimento operário com o PCB, suas estratégias de interlocução e expressão com as distintas regiões do estado no recorte temporal delineado.

O exame das esquerdas em âmbito estadual foi desenvolvido pelo historiador Fábio André Gonçalves das Chagas, em “A luta armada gaúcha contra a Ditadura Militar nos anos de 1960 e 70”, cujo enfoque foi o estudo sobre as ações da esquerda armada contra o Regime Militar no estado do Rio Grande do Sul. Chagas destaca que a maciça produção e publicação de pesquisas circunscrita ao eixo espacial Rio de Janeiro - São Paulo é um fator que tende a limitar a compreensão da diversidade das forças progressistas nos demais estados e regiões do Brasil. De igual maneira, a não abordagem também implica na simplória concepção de que as esquerdas tiveram como eixo central de interlocução e influência somente, ou, majoritariamente os referidos estados.

Sendo assim, a escolha de Minas Gerais como foco espacial deste trabalho é relevante para a historiografia das esquerdas, ao possibilitar o exame das forças progressistas no período em que vigorava o auge do exercício dos aparelhos de vigilância e repressão. Ademais, transpõe ao eixo espacial comumente apreciado, ou seja, os estados RJ-SP.

De acordo com Jacob Gorender, a década de 1960 foi um contexto marcado por divergências ideológicas e cisões no PCB. Resumidamente, é possível destacar como a razão central das discordâncias a discussão sobre a caracterização da revolução e tipo de regime que deveria ser implantado no país pela esquerda, encabeçados pela via pacífica *versus* os segmentos que defendiam a realização de uma luta armada. Impasses que definiram, em grande parte, as cisões do partido,

como a fundação do PC do B. Não obstante, a crítica central comum a este segmento era em torno da proeminência do capital norte-americano, do setor latifundiário e da burguesia industrial nas decisões dos rumos do país.ⁱⁱⁱ Nesse sentido, conforme as diretrizes da esquerda, a solução deveria ser a implantação de um regime contrário a esta perspectiva, ou seja, concretizar um governo popular revolucionário, antiimperialista e antilatifundiário. De acordo com Heloisa Maria Murgel Starling, mesmo vivenciando um período de discordâncias e de dissidências, os primeiros anos da década de 1960 foram marcados pela intensa atuação e organização do PCB. O partido atuou em consonância a outros segmentos, como o movimento de operário através da realização de greves em todo o país, comícios em prol da aprovação das Reformas de Base e organização das ligas camponesas.^{iv}

Em contrapartida, desde 1950, as instruções repassadas aos integrantes do PCB mineiro eram de aproximação aos segmentos do movimento operário, sindicatos e associações a fim de ampliar o número de adeptos e ao mesmo tempo possibilitar o acréscimo do fluxo e articulação das forças progressistas dentro do estado. Ações que faziam parte das recomendações nacionais relativas a constituição da estrutura orgânica do partido.^v Assim, torna-se relevante compreender como se processava estas articulações, a sua importância no fortalecimento do PCB, quais eram elementos de comunicação e expressão para com a sociedade. Fatores que validam os seguintes questionamentos: como se dava as articulações entre o movimento operário e camponês mineiro e o PCB antes do golpe de 1964 e, durante o Regime Militar? Eram pouco expressivos em Minas Gerais por isso pouco estudada pela historiografia?

A nossa principal hipótese se assenta na concepção de que o PCB em Minas Gerais continuou com o cumprimento das orientações de introduzir membros nos distintos segmentos e movimentos da sociedade, mesmo após ter sido instituído o sistema bipartidário. Tal proposição convalida a reativação do Departamento de Ordem Política e Social/DOPS do estado, em 1956, com a função de monitorar e fiscalizar a crescente atividade das esquerdas e dos movimentos a ela associados.

Ao longo de todo o período do Regime Militar o número de presos e investigados pelo envolvimento com atividades ligadas às ideologias de esquerda ou considerados subversivos em Minas Gerais também foi crescente. É possível verificar este aspecto, através da consulta ao acervo do Departamento de Ordem Política e Social/DOPS do Arquivo Público Mineiro, que contém listas de investigados no estado. Em uma pasta verificamos a existência de 197 indivíduos investigados entre os anos de 1961 a 1964 no estado. Entre os anos de 1969 e 1971, esse número é latente, em torno de 680, somente nas cidades de Montes Claros e Belo Horizonte.^{vi}

Vários estudos sobre as esquerdas no Brasil serão importantes referenciais teóricos para a execução desta pesquisa. Em a “Utopia Fragmentada: novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970” a historiadora Maria Paula Nascimento Araújo examinou como se deu a constituição das dissidências no interior da esquerda brasileira. Para o intento, a autora fez importantes apreciações acerca do contexto antecedente, ou seja, as mudanças relacionadas as definições teóricas e táticas dos rumos do PCB no limiar da década de 1960 e a constituição do PC do B. Sobre esse aspecto, o desenvolvimento deste trabalho também intenta responder os seguintes questionamentos: como se deu a constituição das dissidências do PCB em Minas nesse período? Qual reflexo destas cisões nas ações e articulações com os demais movimentos da esquerda?

Araújo faz referência aos trabalhos de Daniel Aarão Reis e Jorge Ferreira de Sá^{vii} ao destacar o crescimento das organizações dissidentes de esquerda no Brasil nas décadas de 1960 e 1970. A autora exemplifica o surgimento de A Ala Vermelha, agremiação com enfoque na luta armada e, o Partido Comunista Revolucionário, com forte atuação no Nordeste. Ambos foram criados em 1966 resultantes de dissidências no próprio PC do B. Além destes, é possível fazer menção à criação do Movimento Revolucionário 8 de outubro, MR8, este dissidente do PCB. Em consulta a uma das pastas do DOPS do Arquivo Público Mineiro há vasta documentação acerca da atuação da Corrente Revolucionária de Minas Gerais, segmento dissidente do PCB cujas atividades estiveram circunscritas ao interior do estado e no movimento operário e sindical.^{viii}

Por fim, apresentamos a seguinte indagação: Os órgãos de repressão conseguiram dismantelar as ações do PCB mineiro? No inventário da Coleção Informante do Regime Militar disponível no Arquivo Nacional da cidade do Rio de Janeiro, há farta documentação do setor de Ordem Política e Social do Governo do Estado de Minas Gerais, com orientações relativas ao combate e prevenção aos indivíduos e segmentos da esquerda. Estas orientações são justificadas pela Polícia Política em virtude do crescimento da infiltração do PCB na sociedade, tanto no perímetro urbano, em associações operárias e em sindicatos, como no meio rural, estimulando a ocupação de terras.^{ix}

Esta documentação, tal qual a do DOPS/MG também aponta para a existência de agentes infiltrados em movimentos, assembléias, agremiações e comitês do PCB em todo o estado com a finalidade de rastrear suas ações. Dessa maneira, estes agentes descreveram não somente o crescimento das atividades do PCB e do movimento operário, mas da sua articulação com outros estados, como Rio de Janeiro e São Paulo, mesmo após o golpe de 1964.^x No entanto, estas hipóteses, somente poderão ser confirmadas e melhor examinadas mediante a realização de um exame arraigado das fontes, a fim possibilitar uma definição e compreensão coerente sobre a articulação destes setores em todo estado.

Portanto, tais análises compactuam tanto com a História Política como com a História Social. Segundo Serge Bernstein o partido é senão o lócus de mediação da política, mas esta ação não é evidente, visto que para compreendê-la é necessário ao historiador examinar as suas ações, aspirações e linguagens.^{xi} Os mecanismos de expressão e comunicação adquirem importante função ao exprimir as aspirações em busca de apoio e alianças em prol do interesse maior que é, senão o exercício do poder. Ao examinarmos as relações de poder entre o PCB e o movimento operário esta pesquisa está comprometida com os ditames da História Política.

Tratar sobre o poder, sobretudo na perspectiva proposta, nos impele ao campo da chamada Nova História Política. Nas últimas décadas, os estudos da História Política perpassaram por importantes modificações, em relação aos seus métodos, fontes e conceitos, ampliando, pois novos caminhos ao historiador. Como salienta René Remond, a assimilação de conceitos e métodos de outras áreas,

como da antropologia e da sociologia denotou ao historiador a compreensão de fenômenos políticos e sociais de maneira multidisciplinar. Esta pode ser compreendida como uma das principais contribuições da renovação dos estudos da história, sobretudo porque rompeu com o isolamento acadêmico das produções, além da perspectiva rígida e racional.

Para Remond é inevitável a influência da política na gestão de uma sociedade, mesmo na vida daqueles indivíduos que não se interessam pela política, nem tão pouco participam das suas decisões. Mas é importante salientar que a história política não tem a pretensão de postular a política como suprema e hegemônica em uma sociedade, contudo “constata que o político é o ponto para onde conflui a maioria das atividades e que recapitula os outros componentes do conjunto social”.^{xii} Em consonância, ao selecionar como objetivo a exame das articulações entre o PCB mineiro e o movimento operário, através dos mecanismos de organização, bem como suas relações com a coletividade nos espaços de sociabilidade, este estudo corrobora dos ditames da História Social.

Por fim, compreensão do passado recente brasileiro nos remete à inserção deste trabalho no campo da História do Tempo Presente. Segundo René Remond o historiador é fruto do seu tempo e, inevitavelmente suas escolhas são reflexos da imersão própria em seu contexto. Maria Paula Nascimento Araújo faz menção às reflexões de Roger Chartier no tocante a compreensão de que a História do Tempo Presente atribui ao historiador uma respeitosa vantagem: “ele é contemporâneo ao seu objeto e, portanto partilha com aqueles cuja história ele narra as mesmas categorias essenciais, as mesmas referências essenciais”^{xiii} e, em vista disso não se deslumbra na busca excessiva pela racionalidade e imparcialidade que muitas vezes ecoa nas pesquisas cujo recorte temporal é secular.

Enfim, os estudos relativos ao contexto do Governo Militar brasileiro possibilitam, dessa maneira, o surgimento de reflexões enriquecidas através do resgate da memória, mediante o uso de depoimentos e, também devido ao acesso aos arquivos dos órgãos repressivos, cerne da proposta desta pesquisa. São, portanto, significativos para o conhecimento do passado contemporâneo brasileiro.^{xiv}

O corpus documental selecionado para desenvolvimento dessas análises é diversificado. Utilizaremos a documentação do Departamento de Ordem Política e Social/DOPS-MG disponível no Arquivo Público Mineiro localizado em Belo Horizonte. Em resposta ao crescimento das organizações de esquerda, o serviço de polícia política de Minas Gerais reativou a sua delegacia sob a denominação Departamento de Ordem Política e Social/DOPS em 1956.^{xv} O principal objetivo do DOPS consistiu no monitoramento, investigação e repressão de crimes de natureza política e social, controle e vigilância das fronteiras do estado, bem como venda e circulação de armas e munições. Contudo, na prática, o DOPS se especializou em investigar e monitorar indivíduos e entidades consideradas subversivas, tais como membros do PCB, o movimento operário e ligas camponesas.

Deste modo o aparelhamento do DOPS-MG esteve metodicamente estruturado em função do monitoramento e vigilância das ingerências políticas e sociais, sobretudo das ações dos segmentos das esquerdas em Minas Gerais. Instruções, estratégias, relatórios, direcionamento e treinamento tático dos seus agentes estiveram compromissados com a defesa da segurança interna do país. Tais determinações estão atreladas aos desígnios de caráter nacional e internacional, na medida em que nesta conjuntura várias instituições atuaram em parceria com agentes norte-americanos com o intuito de frear e combater o avanço das ideologias de esquerda.^{xvi} Assim, o DOPS operou em consonância com outros órgãos de monitoramento federais, como o Conselho de Segurança Nacional/CSN e Serviço Federal de Informações e Contra Informações/SCIFI.^{xvii}

Na década de 1970 a documentação dos arquivos do DOPS/MG foi enviada para a Coordenação Geral de Segurança/COSEG do estado, permanecendo nesta instituição até 1998, ano em que foi transferida para o Arquivo Público Mineiro.^{xviii} Grande parte da documentação utilizada para a execução deste trabalho é resultante das apreensões realizadas pelos agentes do DOPS, nas sedes do PCB, sedes das associações de operários, movimentos na zona rural e, também material confiscado nas residências dos integrantes destes segmentos, em várias cidades e regiões do estado. Assim, a documentação possui material significativo referente à organização e estruturação das ações da esquerda em Minas Gerais. Além disso, o

fato de a Polícia Política ter infiltrado agentes entre as esquerdas possibilitou o acompanhamento de maneira mais próxima das suas atividades e, em vista disso, são abundantes os relatórios com informações sobre táticas, reuniões e estratégias que as esquerdas aplicavam no estado de Minas Gerais.

Conforme mencionado, a documentação disponível no acervo do DOPS é diversificada, assim esta pesquisa concentrará na análise das fontes relativas às organizações e composição do PCB, sua articulação os órgãos sindicais e associações, relatórios de investigação, inquéritos policiais e documentos sobre movimentos na zona rural no recorte temporal delineado. Também examinaremos os mecanismos de expressão destes setores, como jornais e panfletos. Esta documentação pode ser acessada através do sistema informatizado de pesquisa do Arquivo Público Mineiro.^{xix} A seleção da documentação do DOPS já foi previamente realizada, tendo sido selecionadas até o momento 60 pastas que contém em média entre 50 a 150 laudas.^{xx}

Este trabalho não ficará restrito à documentação do DOPS/MG, também utilizará como corpus documental as fontes disponíveis no Arquivo Nacional localizado no Rio de Janeiro. Através da consulta ao inventário da Coleção Informante do Regime Militar^{xxi} identifiquei várias pastas que contém importantes documentos concernentes a este trabalho, como materiais de propaganda de diversas organizações de esquerda e das ligas camponesas, informes sobre as atividades de caráter trabalhista, relatórios, e boletins de monitoramento^{xxii}.

Por se tratar de uma documentação que foi doada anonimamente, não é possível indicar de maneira exata a história e trajetória deste acervo até a sua entrada no Arquivo Nacional, porém este material está disponível para consulta e pesquisa desde 2008. Pelo exame e organização das fontes, o referido arquivo salienta que se trata de um acervo constituído por documentos relativos ao treinamento de agentes pelos órgãos oficiais de vigilância, bem como das atividades desempenhadas por estes profissionais, desde 1946 até 1975, nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Em vista disso, selecionamos como fontes as pastas que contém informações relativas ao trabalho destes profissionais tanto no

tocante ao monitoramento e repressão, quanto de agentes infiltrados nos movimentos de esquerda nas terras mineiras.

O corpus documental deste acervo relativo ao estado de Minas Gerais, no recorte temporal proposto por este projeto, é referente ao: Setor de Ordem Política e Social, Serviço Nacional de Informações, Divisão de Polícia Política e Serviço Público do Estado de Minas Gerais. É possível ter acesso à descrição de cada pasta através do portal Memórias Reveladas^{xxiii}. Ademais, farta parcela das fontes deste acervo selecionadas para o presente trabalho também está disponível na internet para *download* no portal Memórias Reveladas. Aspecto que proporciona dinamismo no tocante a análise das fontes e, de igual maneira reduz os custos para o desenvolvimento da tese.^{xxiv}

Referências:

ALVES, Maria Helena Moreira de. *Estado e oposição no Brasil: 1964-1984*. São Paulo: Edusc, 2005. p.45.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *A Utopia Fragmentada: As novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: FGV, 2000, 200p.

BERSTEIN, Serge. Os Partidos. In. REMOND, René. (org) *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p.37-56.

BOBBIO, Noberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Giafranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 12^a ed, 2004. In. BONET, Luciano. *Anticomunismo*. p-34-35.

CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. *Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas*. Goiânia: Ed. da UFG, 1997 DÓRIA, Palmério et al. *A guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

CHAGAS, Fábio André Gonçalves da. *A Luta armada gaúcha contra o Regime Militar nos anos de 1960 a 70*. Tese de Doutorado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. 5ª ed.. SP: Ática, 1998.

REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de (Org.). *Imagens da revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985. (Socialismo hoje).

REMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p.447

ⁱ Doutoranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora/UFJF

ⁱⁱ Documentação selecionada referente ao Departamento de Ordem Política e Social/DOPS disponível no Arquivo Público Mineiro em Belo Horizonte e Coleção Informante do Regime Militar-Portal Memórias Reveladas. A relação das pastas que contém fontes identificadas e selecionadas para o desenvolvimento desta pesquisa será relacionada no anexo deste projeto.

ⁱⁱⁱ GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. 5ª ed.. SP: Ática, 1998.

^{iv} Neste período, a estruturação orgânica do Partido Comunista Brasileiro em Minas Gerais estava disposta por comitês em zonas com sedes nas cidades de maior proeminência econômica como: Uberlândia, Juiz de Fora, Montes Claros, Governador Valadares e Itajubá.

^v ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *A Utopia Fragmentada:As novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: FGV, 2000, 200p.

^{vi} Pasta 0028: Corrente Revolucionária de Minas Gerais. Data: abril de 1969 a novembro de 1971. Rolo 003.

Pasta 0013: Lista de Investigados (cidades mineiras) Agosto de 1961-1964. Rolo 001. Departamento de Ordem Política e Social/DOPS - Arquivo Público Mineiro: Belo Horizonte, Minas Gerais.

^{vii} REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de (Org.). *Imagens da revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985. (Socialismo hoje).

^{viii} A documentação também trata sobre a estrutura e funcionamento desta organização e suas estratégias de recrutamento de militantes. Pasta 0028: Corrente Revolucionária de Minas Gerais. Abril de 1969 a Março de 1971. Rolo 003, 585 imagens. Departamento de Ordem Política e Social/DOPS - Arquivo Público Mineiro: Belo Horizonte, Minas Gerais.

^{ix} Coleção Informante do Regime Militar. Referência: BR AN,RIO X9.0.TAI.2/3. Autor: [Governo do Estado de Minas Gerais]. Setor de Ordem Política e Social Local: [Minas Gerais] - Data: [1955-1958] - Documento: "Associações propagandistas de teses aparentemente legais – urgência de providências eficazes para dissolução das mesmas".

^x Coleção Informante do Regime Militar. Referência: BR AN,RIO X9.0.ESI,ACL.1 Local: Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná, São Paulo - Data: 11/2/1952-1/2/1964.

^{xi} BERSTEIN, Serge. Os Partidos. In. REMOND, René. (org) *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p.37-56.

^{xii} REMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p.447

^{xiii} ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *A Utopia Fragmentada:As novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p.14

^{xiv} *Idem*.

^{xv} O serviço de Polícia Política em Minas Gerais foi instituído em 1927 com a criação da Delegacia de Segurança Pessoal e Ordem Política e Social, visando essencialmente o controle da ordem pública e investigação criminal. Em 1931 as atividades de repressão a crimes políticos foram direcionadas para a Delegacia de Ordem Pública/DOP.

^{xvi} Nos anos antecedentes ao golpe de 1964 e durante o Regime Militar farta parcela dos órgãos de vigilância recebeu treinamento prático e teórico de organizações militares norte-americanas. O complexo IPES-IBAD, em aliança com a Escola Superior de Guerra foram as principais instituições aglutinadoras da Doutrina de Segurança Nacional/DNS, segundo o qual era imperativa a

necessidade de proteger a nação contra uma 'iminente' tomada de poder pela esquerda. Os ditames da DSN foram introduzidos nas escolas de formação de militares de todo o país e nortearam as atividades das organizações de vigilância em âmbito estadual e nacional.

^{xvii} Apud. Manual Básico da Escola Superior de Guerra (Estado-Maior das Forças Armadas - Escola Superior de Guerra, Departamento de Estudos, 1976, p.79. Fazer referência a Maria helena Moreira Alves.

^{xviii} Segundo a Coordenação Geral de Segurança os documentos originais foram incinerados, assim, a documentação recebida pelo Arquivo Público Mineiro foram 97 rolos de microfilme. Ficha Técnica da documentação do DOPS disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fundos_colecoes/brtacervo.php?cid=19 >

^{xix} A relação de algumas destas pastas já identificadas e selecionadas para desenvolvimento desta pesquisa constará em anexo a este projeto.

^{xx} Atualmente este material está disponível on line para consulta, fator importante não somente para endossar a viabilidade da realização desta pesquisa, como também abrevia os custos para desenvolvimento da tese.

^{xxi} A documentação da Coleção Informante do Regime Militar está organizada por pastas. Cada pasta contém documentos manuscritos, datilografados ou impressos, cartas, panfletos, recortes e exemplares de jornais da esquerda, cujas referências indicam a descrição do material, indicação de autor, local, data, dimensão do acervo (folhas e/ou imagens). Até o momento, selecionei 10 pastas que contém em média 30 a 150 laudas em cada pasta.

^{xxii} Documentos referentes a várias cidades do estado de Minas Gerais.

^{xxiii} REVELADAS, Portal Memórias. Inventário da Coleção Informante do Regime Militar. Disponível em:

<<http://www.portalmemoriasreveladas.arquivonacional.gov.br/media/Informante%20do%20regime%20militar.pdf>> Acesso em 13 jun. 2012.

^{xxiv} REVELADAS, Portal Memórias. Consulta ao acervo. Disponível em: <<http://www.memoriasreveladas.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?tpl=home>>